

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS,
TECNOLOGIA E INTERNET**

**ACESSO À JUSTIÇA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E
TECNOLOGIAS DO PROCESSO JUDICIAL**

A174

Acesso à justiça, inteligência artificial e tecnologias do processo judicial [Recurso eletrônico on-line] organização II Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet: Faculdade de Direito de Franca – Franca;

Coordenadores: Elizabete Cristiane de Oliveira Futami, Angela Issa Haonat e Caio Augusto Souza Lara – Franca: Faculdade de Direito de Franca, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-023-6

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Regulação do Ciberespaço.

1. Acesso à Justiça. 2. Inteligência Artificial. 3. Processo Judicial Eletrônico. 4. Políticas Públicas de Desenvolvimento. 5. Efetividade do Direito. I. II Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet (1:2024 : Franca, SP).

CDU: 34

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS, TECNOLOGIA E INTERNET

ACESSO À JUSTIÇA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E TECNOLOGIAS DO PROCESSO JUDICIAL

Apresentação

Entre os dias 27 e 30 de agosto de 2024, a Faculdade de Direito de Franca recebeu o Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet. O evento reuniu acadêmicos, profissionais, pesquisadores e estudantes, promovendo o debate interdisciplinar sobre o impacto das inovações tecnológicas no campo jurídico e nas políticas públicas. A programação envolveu Grupos de Trabalho (GTs) organizados para aprofundar temas específicos, abordando desde o acesso à justiça até as complexidades da regulação tecnológica, com ênfase na adaptação do sistema jurídico aos avanços da inteligência artificial e da automação.

O GT 1 – Acesso à Justiça, Inteligência Artificial e Tecnologias do Processo Judicial focou na relação entre o acesso à justiça e o uso de tecnologias avançadas no processo judicial, abordando as múltiplas formas de acesso — formal, material e pelos direitos fundamentais. Discutiu-se como o uso da inteligência artificial pode moldar o futuro do judiciário, com debates sobre as ações do Conselho Nacional de Justiça para regulamentar o uso dessas ferramentas, além de questões éticas e de inovação no processo judicial eletrônico. As contribuições deste GT exploram o papel da jurimetria e da juscibernética na construção de um sistema de justiça mais acessível e eficiente, e propõem novas perspectivas para o futuro do direito na era digital.

**DESAFIOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA JUSTIÇA CRIMINAL
BRASILEIRA: UM ESTUDO EM BUSCA DA JUSTIÇA E DA ÉTICA**

**CHALLENGES OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN BRAZILIAN CRIMINAL
JUSTICE: A STUDY IN PURSUIT OF JUSTICE AND ETHICS**

**Clarice Maria Alcântara Zanin Calixto Pedroso
Giovanni Senarese Hernandes**

Resumo

A implementação da Inteligência Artificial na justiça criminal, apesar de seus potenciais benefícios, apresenta desafios éticos e jurídicos que exigem atenção. A pesquisa analisa esses desafios, suas implicações para os princípios da justiça e o devido processo legal, e discute as medidas necessárias para garantir seu uso responsável no sistema penal. O estudo analisa diversos desses desafios, entre eles: os vieses algorítmicos, a falta de transparência, privacidade e proteção de dados e a autonomia humana sobre o processo penal. A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica de estudos acadêmicos, artigos jurídicos e relatórios de organizações internacionais sobre o tema.

Palavras-chave: Inteligência artificial, Justiça criminal, Desafios éticos, Desafios jurídicos, Regulamentação, Transparência

Abstract/Resumen/Résumé

The implementation of Artificial Intelligence (AI) in criminal justice, despite its potential benefits, presents ethical and legal challenges that demand attention. This research analyzes these challenges, their implications for the principles of justice and due process, and discusses the measures necessary to ensure its responsible use in the criminal justice system. The study analyzes several of these challenges, including: algorithmic bias, lack of transparency, privacy and data protection, and human autonomy over the criminal process. The research is based on a literature review of academic studies, legal articles, and reports from international organizations about the topic.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Artificial intelligence, Criminal justice, Ethical challenges, Legal challenges, Regulation, Transparency

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo cada vez mais dominado pela tecnologia, a Inteligência Artificial (IA) surge como uma ferramenta promissora para revolucionar diversos setores, inclusive a justiça criminal. No entanto, essa inovação tecnológica também traz consigo uma série de desafios éticos e jurídicos que exigem cautela e reflexão crítica. No Brasil, a implementação da IA na justiça criminal ainda engatinha, suscitando debates sobre seus potenciais benefícios e riscos.

Esta pesquisa se propõe a desvendar os meandros dos desafios da IA na justiça criminal brasileira, traçando um mapa detalhado das questões que permeiam essa complexa temática. Com um olhar atento e crítico, buscaremos identificar e analisar os principais desafios éticos e jurídicos da IA na justiça criminal brasileira, investigando como a utilização da IA pode impactar princípios fundamentais como justiça, imparcialidade, devido processo legal, privacidade e proteção de dados, também examinaremos as implicações da IA para os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, buscando garantir que sua utilização esteja sempre em consonância com os princípios da justiça e da ética e analisaremos as medidas necessárias para um uso responsável da IA no sistema penal brasileiro, propondo soluções e alternativas para diminuir os riscos apresentados pelo uso excessivo dessa inteligência e garantir que seja utilizada de modo responsável, transparente e ética no nosso sistema penal.

A literatura sobre os desafios da IA na justiça criminal ainda é muito vaga, especialmente no contexto brasileiro. No entanto, alguns estudos internacionais já apontam para preocupações como vieses algorítmicos, falta de transparência, discriminação, violação de direitos humanos e a desumanização do processo penal.

Para desvendar os desafios da IA na justiça criminal brasileira, adotaremos uma metodologia qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica aprofundada de estudos acadêmicos, artigos jurídicos, relatórios de organizações internacionais e documentos oficiais.

Esta pesquisa se configura como um convite à reflexão crítica sobre o tema, buscando contribuir para a construção de um sistema penal mais justo e eficiente para todos os cidadãos brasileiros.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Neste estudo, mergulhamos nos desafios éticos e jurídicos da IA na justiça criminal brasileira, buscando um equilíbrio entre a inovação tecnológica e os princípios fundamentais

da justiça, e da ética. Mapeamos os principais desafios que a IA apresenta, como vieses algorítmicos, falta de transparência, desumanização do sistema penal e violação dos direitos humanos.

1.2 QUESTÃO DE PESQUISA

Diante da crescente implementação da IA na justiça criminal brasileira, quais são os principais desafios éticos e jurídicos trazidos por essa tecnologia e como podemos garantir seu uso responsável, transparente e ético, sem desvincular dos princípios da justiça e do devido processo legal, garantindo sempre o respeito aos direitos humanos e a humanização do sistema penal?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da pesquisa é analisar os desafios éticos e jurídicos da implementação da Inteligência Artificial na justiça criminal brasileira, buscando identificar soluções e mecanismos para garantir o uso responsável e ético dessa tecnologia, em consonância com os princípios da justiça, da equidade e do Estado Democrático de Direito.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Têm-se como objetivos específicos do presente estudo:

- a) Mapear os principais desafios éticos e jurídicos da IA na justiça criminal brasileira, incluindo vieses algorítmicos, falta de transparência, desumanização do sistema penal e potenciais violações de direitos humanos
- b) Investigar as normas e diretrizes existentes no Brasil e em outros países sobre a utilização da IA na justiça criminal, identificando boas práticas e medidas de mitigação de riscos.
- c) Analisar a jurisprudência brasileira relacionada à IA na justiça criminal, identificando precedentes e tendências.

3 METODOLOGIA

A pesquisa será desenvolvida com base na metodologia básica, pois terá como base a metodologia científica, buscando rigor e sistematicidade na coleta, análise e interpretação dos dados, dedutiva, porque partirá de conceitos e teorias pré-existentes sobre IA, ética, direito e justiça criminal, aplicando-os à análise dos desafios da implementação da IA no contexto brasileiro, exploratória, buscando aprofundar o conhecimento sobre os desafios da IA na justiça criminal brasileira, ainda pouco explorados na literatura nacional e bibliográfica, a partir do estudo de livros, artigos científicos, teses e dissertações, além de normas e jurisprudência relacionadas ao tema.

4 DESENVOLVIMENTO

A implementação da Inteligência Artificial (IA) na justiça criminal brasileira traz consigo uma gama de desafios éticos e jurídicos que exigem um exame aprofundado e reflexivo. Nesta seção, exploraremos cada um desses desafios em detalhes, buscando compreender suas nuances e implicações para o sistema penal brasileiro.

Um dos principais desafios da IA na justiça criminal reside na possibilidade de perpetuação e amplificação de vieses algorítmicos, levando à discriminação contra determinados grupos de pessoas, visto que algoritmos de IA podem ser treinados em conjuntos de dados que contêm vieses preexistentes da sociedade, o que pode levar a decisões discriminatórias em relação a membros de minorias e grupos marginalizados, o que causaria grande violação ao princípio da igualdade, perpetuação de disparidades sociais e perda da confiança pública no nosso sistema penal.

Outro desafio crucial da IA na justiça criminal é a falta de transparência e accountability dos sistemas de IA. Algoritmos de IA podem ser complexos e opacos, dificultando a compreensão de como as decisões são tomadas e a quem cabe a responsabilidade por elas, como defendido por Fenelon (2019). Essa falta de transparência pode gerar insegurança jurídica e dificultar a contestação de decisões injustas. Esse fato também traz diversas consequências negativas, como a insegurança jurídica, visto a falta de clareza acerca das decisões, dificuldade de contestação de decisões e novamente a perda da confiança pública.

Além disso, é imprescindível destacar o risco de desumanização do sistema penal brasileiro, como alertam diversos especialistas. O autor Xenofontes Curdello Pilo, pontua que no Brasil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promulgou normas para adaptar o Poder

Judiciário às novas tecnologias, incluindo a IA. No entanto, a aplicação desses sistemas levanta preocupações quanto à sua compatibilidade com a Carta Magna, especialmente em relação a princípios basilares como a presunção de inocência e a individualização da pena na execução penal.

Essa potencial incompatibilidade gera o risco da desumanização do sistema penal, o que se contrapõe diretamente ao objetivo da ressocialização do apenado. Freitas (2020) destaca que a utilização excessiva da IA poderia reduzir o preso a um mero número em um sistema que analisa friamente a situação de detentos, distanciando-se da busca por sua reinserção social.

Em outras palavras, a implementação da IA na justiça criminal precisa ser cuidadosamente ponderada para garantir que ela não se torne um obstáculo à ressocialização e à humanização do sistema penal, princípios fundamentais da Constituição Brasileira.

5 CONCLUSÃO

A Inteligência Artificial (IA) desponta como uma ferramenta inovadora com o potencial de transformar diversos setores da sociedade, incluindo a justiça criminal. No Brasil, a implementação da IA nesse âmbito ainda está em seus primórdios, mas já suscita debates acalorados sobre seus possíveis benefícios e riscos.

Nesta pesquisa, mergulhamos nos desafios éticos e jurídicos da IA na justiça criminal brasileira, buscando um equilíbrio entre a inovação tecnológica e os princípios fundamentais da justiça, da equidade e da ética.

Mapeamos os principais desafios que a IA apresenta, como vieses algorítmicos, falta de transparência, desumanização do sistema penal e potenciais violações de direitos humanos. Reconhecemos que a IA pode ser um instrumento poderoso para otimizar processos, aumentar a eficiência e auxiliar na tomada de decisões. No entanto, salientamos que sua utilização deve ser feita com cautela, responsabilidade e ética, para que não se torne um obstáculo à justiça e à humanização do sistema penal.

O presente estudo se propõe a estudar e apresentar novas formas de construir um futuro onde a IA seja utilizada para fortalecer a justiça, garantir a equidade e promover a humanização do sistema penal brasileiro.

REFERÊNCIAS

FENELON, F. Responsabilização penal e sistema de inteligência artificial: um tema controverso. 2019. **Canal Ciências Criminais**. Disponível em: <http://canalcienciascriminais.com.br/responsabilizacao-penal-e-sistemas-de-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 01 set. 2024.

FREITAS J.; FREITAS, T. B. **Direito e inteligência artificial: em defesa do Humano**. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

PILÓ, X. X; BRASIL, D. R. **A utilização da inteligência artificial no direito penal e seus reflexos nas garantias e direitos fundamentais**. Belo Horizonte, 2022. Revista EJEJ.